

Periódico da área de educação, *Retratos da Escola* é uma iniciativa da Escola de Formação da CNTE (Esforce), criada em 24 de abril de 2007.

Este novo formato e a nova linha editorial de renovado conteúdo pretendem dar início a um novo patamar de reflexões sobre a educação brasileira. É assim que a revista *Retratos da Escola* procurará estruturar-se, promovendo sua consolidação institucional através destas alterações substantivas na concepção gráfica e aprofundando a densidade das análises.

Foram criados, também, um Comitê e um Conselho Editorial integrados por pesquisadores e profissionais da educação de várias instituições educacionais e científicas.

No processo de reestruturação, realizaram-se contatos e reuniões de trabalho com a participação do Comitê Científico e reuniões com dois editores de periódicos consolidados da área, a prof<sup>a</sup>. Ivany Pino (*Educação e Sociedade*) e Antônio Villar Marques de Sá (*Linhas Críticas*), a quem agradecemos o apoio.

A intenção de estruturação definitiva desta publicação ocupa hoje papel estratégico nas ações relevantes da Esforce e da CNTE. Dentre as tantas atividades prioritárias da Esforce, a revista procura, assim, se estabelecer como um veículo de diálogo permanente entre os diversos profissionais da educação, principalmente os que atuam na educação básica pública, e em espaço de formação continuada desses profissionais.

Periódico semestral, esta publicação se destina aos profissionais da educação (professores, pedagogos, diretores e funcionários de escola), estudantes, pais, mães, docentes dos cursos de licenciatura e educadores que dirigem entidades sindicais da educação, assim como aos interessados na temática educacional.

A proposta é a de examinar a educação básica e o papel da ação pedagógica na formação e profissionalização dos trabalhadores em educação, divulgando e disseminando o conhecimento produzido e estimulando inovações na educação básica.

Sendo assim, *Retratos da Escola* abrigará estudos, análises e pesquisas que tenham por foco a escola e o protagonismo de seus profissionais. A linha editorial, portanto, possui um eixo específico, abrangendo: (i) formação profissional; (ii) trabalho educativo, condições e práticas; e (iii) organização escolar e dos sistemas.

Como periódico científico, sua base de existência e consolidação dirige-se a repensar a educação básica nacional (compreendendo as dimensões de gratuidade, laicidade, qualidade e democratização), sem descurar de sua interface com a educação superior, bem como dos movimentos e tendências da educação no mundo, em particular na América Latina, na Ásia e na África.

A intenção é socializar diferentes concepções e análises da educação a partir dos vários contextos, regulações e enfoques, tendo por norte o incentivo à disseminação da pesquisa e as reflexões sociopolíticas e culturais que permeiam a área educacional, visando contribuir para a formação e a profissionalização, especialmente dos trabalhadores em educação.

Antenada nas múltiplas dimensões da contemporaneidade, a capa de *Retratos da Escola*, ao disseminar a arte da fotografia a partir da autoria consagrada de Robert Doisneau, apropria-se da contribuição desse fotógrafo social francês cuja obra é, ela própria, instrumento de sociabilidade e, portanto, de formação.

Nessa direção, ao discutir a sociologia da fotografia e da imagem, Martins (2008, p. 22) afirma:

a fotografia não é apenas documento para ilustrar nem apenas dado para confirmar. Não é nem mesmo e tão somente instrumento para pesquisar. Ela é constitutiva da realidade contemporânea e, nesse sentido, é de certo modo, objeto e também sujeito.

Este foi um dos motivos pelos quais as fotografias feitas por Doisneau ganharam universalidade, ainda que retratem, com o engajamento peculiar a um humanista, um modo de ver.

A respeito de Doisneau, Jean-Claude Gautrand (2006) esclarece que ele

não cessou de nos contar histórias cheias de sentimento, poesia e humor, encantando-nos com a sua capacidade de transmitir essa doce cumplicidade, essa relação implícita e fugaz que o unia ao objeto que fotografava. O seu interesse pelas classes populares e pelos cenários das suas vidas permitiu-lhe realizar imagens impregnadas de certo realismo poético-social, imagens estas que, por outro lado, marcaram profundamente o cinema e a literatura da época.

A escolha de fotografias produzidas por R. Doisneau direciona-se, assim, a contribuir com o processo formativo e de “humanização do olhar”, ancorado à visão ampla da educação que considera as múltiplas linguagens e dinâmicas formativas. Ou seja, ao descortinar o horizonte das fotografias da lavra de Doisneau, esperamos contribuir com a reflexão sobre a escola, seu cotidiano e os diferentes atores sociais

que a constroem a cada dia, sem perder de vista que o “fotógrafo é também protagonista da fotografia” (MARTINS, 2008, p. 51).

Na nova proposta editorial de periódico científico para a educação básica, estruturamos *Retratos da Escola* nas seções: *Entrevista, Artigo, Documento, Resenha e Documento*.

A formação docente está na ordem do dia das ações e reflexões do movimento social educacional e das refregas institucionais inerentes ao tema, no Brasil. Não é por outro motivo que a presente edição condensa os números 2 e 3 da revista, organizada sob o dossiê temático: “*Formação de Professores: impasses e perspectivas*”. O nosso objetivo é contribuir para a discussão e a avaliação dos atuais marcos e políticas que têm como objeto a própria educação dos professores brasileiros, vital para se traçar um futuro auspicioso para a docência nacional e, por consequência, aprimorar a qualidade educacional no País.

Na seção *Entrevista*, organizada por este editor junto com João Ferreira de Oliveira, *Retratos da Escola* convidou três educadoras e lideranças de entidades da área educacional: Helena Costa Freitas, Juçara Dutra Vieira e Márcia Ângela da Silva Aguiar.

Com a autoridade de seus estudos e pesquisas, sem contar a trajetória de cada uma na área a que dedicaram a vida profissional, as professoras evidenciam, aqui, os limites e os desafios da formação, rememoram as lutas em prol das políticas para a área e pela valorização e profissionalização docentes no Brasil. A história e as políticas atuais para esses temas permeiam as entrevistas, o que propicia ao leitor aproximar-se do meandro dos embates e das polêmicas travadas, nas três últimas décadas, pelas entidades acadêmicas e sindicais em torno do assunto. *Entrevista* permite, ainda, apreender as concepções fundamentais que inspiram a implementação de políticas na área, destacando a importância das ações e iniciativas de entidades científicas e sindicais nesse processo.

A seção *Artigo* procura situar o trabalho docente em seu histórico, identidade e profissionalização, contando com quatro expressivas análises.

O texto de Dalila Oliveira, intitulado “O Trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização” discute as repercussões das reformas educacionais mais recentes sobre a identidade e a profissionalização docentes no contexto latino-americano, assinalando a complexificação do trabalho do professor, marcado, duplamente, pela intensificação do trabalho e a precarização das relações de emprego.

Lêda Scheibe, no artigo “Formação de professores no Brasil: a herança histórica”, discute e problematiza, com base, sobretudo, na legislação educacional, a trajetória da formação de professores no Brasil, em que procura identificar o perfil do professor

delineado pelas políticas educacionais. Desse modo, faculta ao leitor elementos fundamentais para a compreensão da “herança histórica” na formação de professores.

Em “Debates sobre o professor na Constituinte: projetos em disputa (1987-1988)”, ao resgatar os debates travados entre diferentes sujeitos coletivos no processo de elaboração do capítulo da educação no período constituinte (1987-1988), Andréia F. Silva aborda as propostas referentes ao professor, sua formação e profissionalização. Nessa direção, destaca que a ação das entidades e parlamentares que se articularam na defesa do ensino público centrou-se nas lutas em prol da dignidade profissional do professor e na defesa da destinação dos recursos públicos às escolas públicas e de sua democratização.

Carlos Abicalil resgata, no artigo “Piso Salarial - Constitucional, legítimo, fundamental”, as tentativas, desde a CF/1988, de estabelecer o piso salarial nacional para o profissional da educação, requisito fundamental para valorizar a carreira. Registra, assim, as conquistas recentes, os acordos e resistências políticas à implantação da Lei do Piso Salarial pelo Congresso Nacional e alguns estados da federação, permitindo a apreensão do contexto político bem como a das iniciativas atuais, visando à sua viabilização.

Num segundo eixo de análise, destacam-se significativas discussões e análises sobre formação para a educação básica, qualidade, avaliação e diversidade.

O artigo “Avaliação e carreira do magistério - premiar o mérito?”, de Sandra M. Zákia L. Sousa esclarece de que forma a avaliação de desempenho hoje se apresenta e como ganhou centralidade nas políticas educacionais, sobretudo no Brasil. Sua análise registra, também, as estruturas tradicionais da carreira do magistério, sublinhando, ainda, a análise crítica sobre o debate e a defesa de políticas de incentivo baseadas nos resultados de avaliação.

Nilma Lino Gomes, ao analisar algumas iniciativas relacionadas à formação de professores para a diversidade étnico-racial após a sanção da Lei 10.639/03, indica o desafio histórico de superar a situação de desequilíbrio, renitente nos processos de formação inicial e continuada. Em “Diversidade étnico-racial: Por um projeto educativo emancipatório”, a autora assinala a necessidade de se reconhecer e dar visibilidade às práticas emergentes, sobretudo àquelas oriundas dos movimentos sociais.

No artigo “As TIC na formação à distância: reflexões contemporâneas”, Ivany Pino discute algumas dimensões teórico-epistemológicas e conceituais relativas a este debate, situando o uso das TIC por meio da modalidade EAD nas propostas e políticas direcionadas à formação inicial e continuada. Por fim, analisa alguns limites dessas políticas no tocante às exigências colocadas à formação de professores.

A creche, em especial, é focalizada por Maria Malta Campos, em “Educar crianças pequenas - em busca de um novo perfil de professor”, em que a autora discute os principais desafios existentes no País em relação à inclusão da creche e da pré-escola na educação básica e seus reflexos na definição da identidade do professor que atua nesta etapa educacional. Nessa direção, perfila o debate internacional e analisa as mudanças ocorridas no cenário educacional brasileiro.

João A. C. de Monlevade, em “Normal de nível médio: Atual e prioritário, até quando?”, discute a dualidade de formação no sistema educacional brasileiro e defende posição favorável ao curso normal como ponto de partida no processo formativo do professor e meio mais apropriado para a formação inicial, numa perspectiva de itinerário formativo permanente da profissão docente.

A falta de professores nas áreas específicas no Brasil é a preocupação de Antonio Ibañez Ruiz, em “Formação continuada e em áreas específicas: A proposta do Sistema Nacional Público”. Nele, situa o caráter histórico dessa carência nacional, recuperando a discussão sobre o Decreto que propõe o Sistema Nacional Público de Formação dos Profissionais do magistério e apresentando sugestões emergenciais para a falta de professores e para as mudanças na formação continuada.

Maria Margarida Machado aponta o contexto atual das políticas para Educação de Jovens e Adultos em “Formação de professores para EJA: Uma perspectiva de mudança”. Nele, a autora reafirma essa modalidade da educação básica como um direito e discute os limites à formação inicial e continuada na área, reivindicando a defesa da formação de professores para EJA como um componente de política pública.

A seção *Resenha* abordará sempre as novidades editoriais que direta ou indiretamente possam servir de estímulo à argúcia dos leitores de *Retratos da Escola*.

Nesta edição, Catarina de Almeida Santos e Karine Nunes de Moraes apresentam sua leitura da Edição Especial 2008 da revista *Educação e Sociedade* (v. 29, n. 104, especial), que aborda “o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na formação de professores”, destacando a importância da temática e recuperando as concepções e debates contemporâneos sobre o tema de capa da edição.

A seção *Documentos* tem por objetivo acompanhar as iniciativas institucionais de elaboração de normas, decretos e leis que dizem respeito à categoria e à área educacional. Neste número, publicamos a Minuta do Decreto que institui o Sistema Nacional Público de Formação dos Profissionais do Magistério (em discussão no âmbito do MEC, principalmente no CTC-EB/Capes); a Lei 11.738/2008 (Lei do PSPN). E, em seguida, uma análise feita pela CNTE, que busca situar os limites e avanços da Lei do PSPN.

Ressaltamos a grande repercussão do processo de discussão da Minuta do Decreto que propõe o Sistema Nacional Público de Formação dos Profissionais do Magistério. As diferentes manifestações sobre a proposta de criação do sistema evidenciam este momento rico de busca de alternativas concretas para o estabelecimento de diretrizes nacionais para a formação de profissionais do magistério, incluindo o financiamento e os marcos regulatórios por meio de um sistema nacional.

Por isso, é fundamental retomar as deliberações da Conferência Nacional de Educação Básica, ocorrida em abril de 2008, e as discussões em curso referentes à Conferência Nacional de Educação de 2009, base essencial para a reivindicação em prol de um sistema nacional de educação e, articulado a este, de sub-sistemas que lhe dêem materialidade, para romper com a fragmentação vigente na educação nacional. Outro espaço vital, nesse processo, é a retomada do Fórum Nacional de Educação, entendido como instância máxima de deliberação e com ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação, objetivando o estabelecimento de uma política de Estado para a educação nacional.

Nesse contexto, faz-se necessária, ainda, a regulamentação de um regime de colaboração, que integre de forma democrática todas as esferas de governo, buscando a garantia de suas finalidades, diretrizes e estratégias comuns, sem prejuízo das especificidades de cada uma, por meio de sistemas de ensino próprios, articulados ao SNE.

Um Plano de Estado, ligado ao Sistema Nacional de Educação, deve inspirar-se em concepção ampla da educação, contribuindo para a conexão entre os entes federados e para a estruturação de subsistemas de avaliação, financiamento da educação, planejamento e gestão e da formação e valorização profissional.

Buscando contribuir com o debate e considerando o andamento da discussão no âmbito de CTC-EB/Capes (que sinaliza para a dificuldade de se implementar um sistema nacional de formação de professores, por razões as mais diversas, incluindo as de ordem legal, operacional, de concepção e financeira), ratificamos as concepções acima assinaladas e insistimos na necessidade de que se estabeleça uma política nacional de formação de profissionais do magistério. Compreendemos que ela deve constituir o primeiro momento de estruturação do sub-sistema do SNE. Em decorrência da política nacional a ser aprovada, defendemos que os programas direcionados a fomentar a formação inicial e continuada de professores sejam dirigidos às instituições superiores públicas - enquanto ação governamental estratégica que vise à expansão e melhoria dos processos formativos nessas IES. Tal processo asseguraria que os recursos públicos se direcionassem às IES públicas, da mesma forma que os

programas a serem criados/implementados pelo MEC/Capes (bem como a reorganização daqueles já existentes) fossem organicamente articulados à política nacional.

Nossa expectativa é de que o empenho da Esforce em oferecer mais este espaço de reflexão pelo aprimoramento da educação brasileira atinja os objetivos a que se propõe.

E, aos leitores, desejamos que as mudanças ora empreendidas em *Retratos da Escola* contribuam para o aprofundamento do debate sobre a formação de professores e sua valorização, a fim de que a profissionalização docente alcance os níveis pretendidos pela categoria, pelo movimento social da educação, resultando, finalmente, na qualidade educacional almejada pela sociedade brasileira.

*Luiz Fernandes Dourado*

**Editor**

## Referências

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

GAUTRAND, Jean-Claude. **Robert Doisneau: 1912-1994**. Paris: Taschen, 2006.